

17 de julho de 2020

Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal

COVID-19: O que distingue as 19 frequesias em estado de calamidade do resto da AML?

A expressão da pandemia no território nacional continua a ser caracterizada por uma elevada heterogeneidade, situação que conduziu à declaração de medidas de política pública territorialmente diferenciadas. A manutenção do estado de calamidade num conjunto de 19 freguesias contíguas da Área Metropolitana de Lisboa – a AML concentrava 64% dos novos casos do país no conjunto de 14 dias terminado a 13 de julho – motivou um olhar aprofundado sobre este território, tendo-se apurado que:

- A população residente em 2019 no território foi estimada em 740 911 habitantes, representando 25,9% dos cerca de 2,9 milhões residentes na AML.
- O território em estado de calamidade apresenta maior densidade de ocupação. A densidade populacional no território em estado de calamidade (5 232,1 habitantes por km²) é sete vezes superior à do restante território da AML e a proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos é também mais elevada (30,6% vs. 13,9%).
- Os residentes no território em estado de calamidade utilizam mais o transporte público. No território em estado de calamidade a proporção de deslocações com utilização do transporte público para fora do município é 14,0%, mais do dobro do observado no restante território da AML (6,7%).
- O território em estado de calamidade apresenta um mercado da habitação menos valorizado. O valor dos preços e das rendas dos alojamentos familiares é menor no território em estado de calamidade (1 330 €/m² e 7,5 €/m², respetivamente) do que no restante território da AML (1 540 €/m² e 8,4 €/m²).

Como habitual nesta série de destaques, procedeu-se à análise do contexto demográfico e da evolução recente da pandemia no conjunto do território nacional, sendo de salientar:

- O número preliminar de óbitos entre 1 de março e 5 de julho de 2020 foi superior em 3 103 relativamente a igual período de 2019. Esta variação resultou sobretudo do acréscimo significativo dos óbitos de pessoas com 75 e mais anos (+ 2 718).
- A 13 de julho, data da última atualização dos dados por município pela DGS, existiam em Portugal 45,7 casos de COVID-19 por 10 mil habitantes e 4,7 novos casos (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes. A leitura da relação entre o número de casos confirmados e o número de novos casos (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes evidenciava dez municípios da Área Metropolitana de Lisboa com valores acima da média nacional em ambos os indicadores e que concentravam 54% do total de novos casos do país e 85% do total de novos casos da AML.

Os primeiros casos diagnosticados com a doença COVID-19 em Portugal foram reportados em 2 de março de 2020 e o primeiro óbito foi registado em 16 de março de 2020. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou o surto de COVID-19 como pandemia em 11 de março de 2020. A 19 de março foi declarado em Portugal o primeiro período de Estado de Emergência, que viria a ser renovado a 3 de abril e a 18 de abril. A 3 de maio foi declarada a passagem para o Estado de Calamidade, ao qual se seguiram três fases de desconfinamento. A 1 de julho foi declarado o Estado de Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal



Alerta para a generalidade do país, o Estado de Contingência para a Área Metropolitana Lisboa e o Estado de Calamidade para 19 freguesias de cinco municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Este destaque encontra-se organizado em três secções. A primeira secção evidencia características específicas observadas no território das 19 freguesias da AML que mantêm o estado de calamidade face ao restante território da AML considerando indicadores associados à ocupação do território, aos padrões de mobilidade, ao mercado de trabalho e ao nível de rendimento e valor do mercado de habitação.

A segunda secção inclui a habitual análise dos resultados de mortalidade geral, com base nos dados de óbitos (todas as causas de morte) ocorridos em território nacional até ao dia 5 de julho. A informação sobre óbitos é obtida a partir dos dados do registo civil (assentos de óbito) apurados no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC) e foi recolhida até 14 de julho. Este desfasamento temporal evita que a informação divulgada seja sujeita a revisões acentuadas. Ainda assim, a informação tem carácter preliminar e será sujeita a atualização posterior.

A última secção analisa a situação da pandemia em Portugal, privilegiando a escala do município e a diferenciação territorial da incidência da doença e da sua evolução mais recente, tendo por base o número de casos confirmados com COVID-19 divulgados pela Direção-Geral da Saúde (DGS). Este destaque incorpora a informação disponível até ao dia 16 de julho (dados da situação até 15 de julho para o país e até 13 de julho para os municípios). Tendo em consideração as limitações na espacialização por município da informação no SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica da DGS) — ausência de dados de situação de 4 de julho a 12 de julho — neste destaque a análise dos novos casos confirmados tem por referência os últimos 14 dias e não os últimos 7 dias como tem sido habitual.

Adicionalmente, enquadrados no domínio do Statslab do INE, este destaque apresenta ainda dados sobre mobilidade da população ao nível regional proporcionados pela iniciativa "Data for Good" do Facebook.

Prevê-se que o próximo destaque desta série especial seja divulgado no próximo dia de 11 de setembro, sem prejuízo da atualização de indicadores no Portal do INE.

I. <u>As 19 frequesias em estado de calamidade no contexto da Área Metropolitana de Lisboa</u>

As figuras apresentadas nesta secção retratam diferenças entre o território das 19 freguesias da AML que mantêm o estado de calamidade (envolve a totalidade dos municípios da Amadora e Odivelas e seis freguesias de Sintra, duas de Loures e uma freguesia de Lisboa) e o restante território da AML (99 freguesias) ao nível da ocupação do território, padrões de mobilidade, mercado de trabalho e ao nível do rendimento e valor do mercado de habitação.

Não sendo possível obter resultados para alguns indicadores ao nível de freguesia, os mapas apresentam os resultados para cada município através de dados classificados que evidenciam os municípios com resultados acima e abaixo da média da AML, sendo contudo sobreposta uma linha de fronteira do território que engloba as 19 freguesias em estado de calamidade, sugerindo-se dessa forma aspetos distintivos deste território. Sempre que a informação de base se encontre disponível por freguesia, complementarmente ao mapa, é disponibilizado um gráfico com o mesmo indicador e que fornece o valor para o conjunto do território em estado de calamidade e para o restante território da AML. Estes



gráficos apresentam também medidas de posição (Mediana, 1º e 3º Quartil, e Percentis 10 e 90) relativas aos resultados das freguesias nos respetivos territórios.

No final de cada ponto de análise, apresenta-se a matriz de correlações entre indicadores socioeconómicos analisados e os diretamente associados à pandemia com base nos dados apurados ao nível do município.

Território em estado de calamidade com maior densidade de ocupação e menor número médio de divisões por alojamento do que o restante território da AML

A população residente em 2019 no território em estado de calamidade foi estimada em 740 911 habitantes, representando 25,9% dos cerca de 2,9 milhões residentes na AML.

A análise da densidade populacional evidencia três municípios do território em estado calamidade com valores superiores a 5 mil habitantes por km²: Amadora (7 740,5 habitantes por km²), Odivelas (6 094,7) e Lisboa (5 092,4). O gráfico, que compara o território em estado de calamidade com a restante AML, destaca a sua maior densidade populacional (5 232,1 vs. 738,6) e menores níveis de dispersão relativa¹ entre as freguesias deste território.

A proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos permite uma aproximação à estrutura do espaço construído. Neste contexto, salientam-se seis municípios com um valor neste indicador superior à média da AML (16%) – Amadora (41,1%), Lisboa (34,1%), Oeiras (26,7%), Barreiro (24,6%), Odivelas (23,2%) e Vila Franca de Xira (22,8%) –, sendo que três pertencem ao território do estado de calamidade. A proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos é maior no território do estado de calamidade que na restante AML (30,6% vs. 13,9%), verificando-se uma menor dispersão relativa dos valores obtidos neste indicador para as freguesias do território em estado de calamidade. Em cerca de metade das freguesias do território em estado de calamidade, a proporção de edifícios com mais de 7 alojamentos era superior a 39,9% e em 10% das freguesias esta proporção era superior a 67,3% (estes resultados contrastam, respetivamente com 11,2% e 47,5% no restante território da AML).

O número médio de divisões por alojamento e a área útil dos alojamentos por habitante constituem indicadores *proxy* da estrutura do parque habitacional e das condições de habitabilidade. Nesta linha de análise, verifica-se que quatro dos municípios associados ao território do estado de calamidade (a exceção é Lisboa) apresentavam dos valores mais baixos em ambos os indicadores. O número médio de divisões por alojamento e a área útil dos alojamentos por habitante no território em estado de calamidade (3,4 divisões e 32 m² por habitante) é menor que no restante território da AML (3,7 divisões e 39 m² por habitante), verificando-se também uma maior homogeneidade entre os valores das freguesias no território de calamidade.

3/26

¹ A dispersão foi avaliada através dos seguintes rácios: [(3º Quartil – 1º Quartil) / Mediana] e [(Percentil 90 – Percentil 10) / Mediana]. Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal



Figura 1 - Densidade populacional, 2019

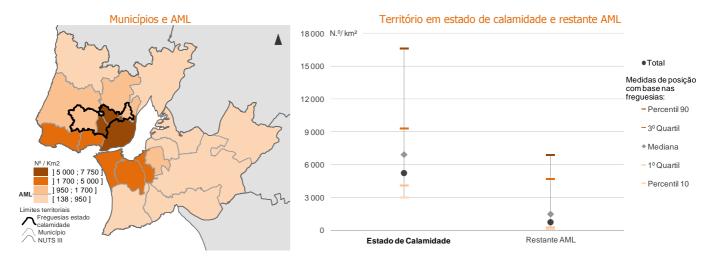


Figura 2 - Proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos, 2011

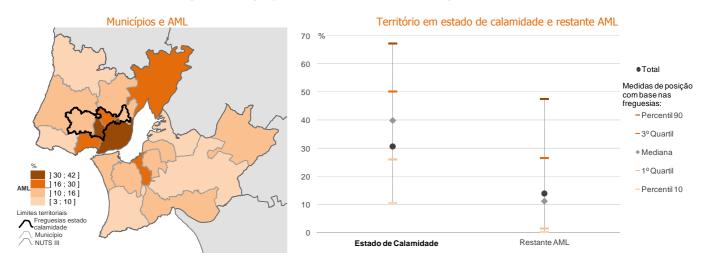


Figura 3 – Número médio de divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual, 2011

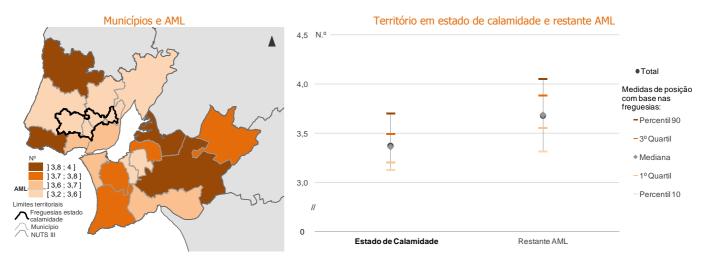
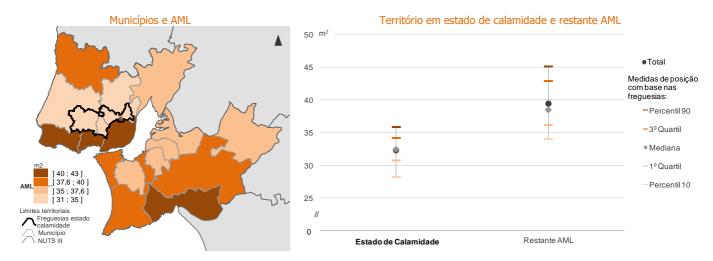








Figura 4 – Área útil dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (Censos 2011) por habitante, 2019



A tabela seguinte apresenta o grau de associação linear entre os indicadores analisados e os de situação da pandemia nos municípios da AML². Assim, destacam-se as associações positivas com o número de casos confirmados por 10 mil habitantes – a proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos e a densidade populacional – e negativa – o número médio de divisões por alojamento familiar. A associação do número de novos casos a 13 de julho (últimos 14 dias) com estes três indicadores é mais moderada, bem como para o número de novos casos registados a 13 de abril (últimos 14 dias), com exceção do número médio de divisões por alojamento cuja associação era, então, fraca.

Figura 5 - Matriz de correlação entre indicadores de ocupação do território e os de situação da pandemia nos municípios da AML

Etiqueta	Designação indicador	Novos casos 13/04	Novos casos 13/07	Casos 13/07	Dens. Pop.	Edificios 7 ou+aloj	. Divisões por aloj.	Área aloj por hab.
Novos casos 13/04	Novos casos confirmados COMD-19 no dia 13 de abril (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	1,00						_
Novos casos 13/07	Novos casos confirmados COMD-19no dia 13 de julho (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	0,58	1,00					
Casos 13/07	Casos confirmados COMD-19 no dia 13 dejulho por 10 mil habitantes	0,73	0,87	1,00				
Dens. Pop.	Densidade populacional, 2019	0,59	0,62	0,70	1,00			
Edificios 7 ou +aloj.	Proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos, 2011	0,66	0,53	0,73	0,84	1,00		
Divisões por aloj.	Número médio de divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual, 2011	-0,44	-0,53	-0,78	-0,63	-0,79	1,00	
Área aloj por hab.	Área útil dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2011) por residente, 2019	-0,02	-0,45	-0,56	-0,26	-0,19	0,59	1,00

5/26

² A associação entre indicadores foi estimada com o coeficiente de correlação de Pearson. As correlações fortes positivas ou negativas (≥0,7 ou ≤-0,7) estão assinaladas a cor mais escura, as correlações moderadas a cor mais clara (≥0,5 e <0,7 ou >-0,7 e ≤-0,5). Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal







Residentes no território em estado de calamidade com maior utilização de transporte público e com maior acessibilidade potencial a estações de comboio de passageiros que os residentes no restante território da AML

A análise do mapa com a proporção de deslocações para fora do município com utilização do transporte público evidencia quatro municípios com valores superiores a 12% – Odivelas (15,2%), Amadora (14,1%), Loures (12,9%) e Barreiro (12,8%) –, sendo que os três com proporções mais elevadas pertencem ao território do estado de calamidade. Verifica-se uma maior proporção de deslocações para fora do município com transporte público no território em estado de calamidade (14,0% vs. 6,7%) e menores níveis de dispersão relativa entre as freguesias deste território. É ainda de assinalar que, em 90% das freguesias do território em estado de calamidade, a proporção de deslocações para fora do município com transporte público é superior à média do restante território da AML (7,9% vs. 6,7%).

No caso da proporção de deslocações da população residente com utilização do transporte público (independentemente do âmbito territorial da deslocação) as conclusões são semelhantes. Com valores acima da média da AML (14,4%) neste indicador, evidenciam-se seis municípios — Lisboa (20,8%), Almada (18,2%), Odivelas (18,1%), Amadora (17,4%), Loures (16,6%) e Barreiro (16,4%) —, sendo que quatro pertencem ou integram parcialmente o território do estado de calamidade. A proporção de deslocações da população residente com utilização do transporte público é maior no território em estado de calamidade que na restante AML (17,5% vs. 13,4%), ainda que a diferença relativa seja maior quando se considera apenas as deslocações para fora do município.

A análise do indicador de proximidade a uma estação de comboio de passageiros (até 15 minutos a pé) salienta quatro municípios em que mais de 50% da população residente se encontra nesta condição – Moita (61,5%), Barreiro (57,4%), Amadora (55,7%) e Sintra (52,2%) –, sendo que dois pertencem ou integram parcialmente o território em estado de calamidade. A proporção de população residente a 15 minutos a pé de uma estação de comboio é maior no território em estado de calamidade (42,9% vs. 29,6%).

Figura 6 — Proporção de deslocações da população residente para fora do município de residência com utilização do transporte público (autocarro, comboio, metropolitano e barco) como principal meio de transporte, 2017

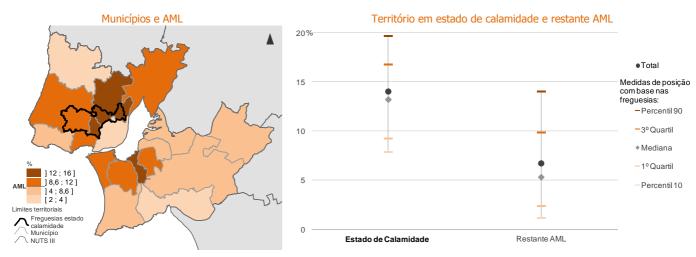








Figura 7 – Proporção de deslocações da população residente com utilização do transporte público (autocarro, comboio, metropolitano e barco) como principal meio de transporte, 2017

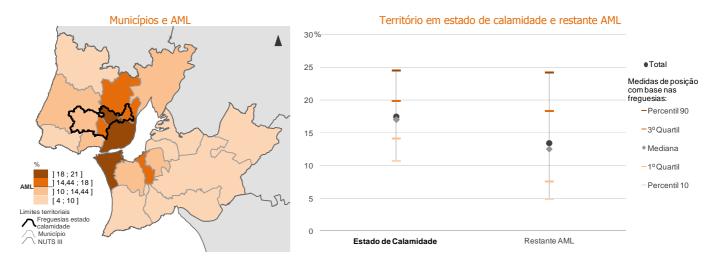
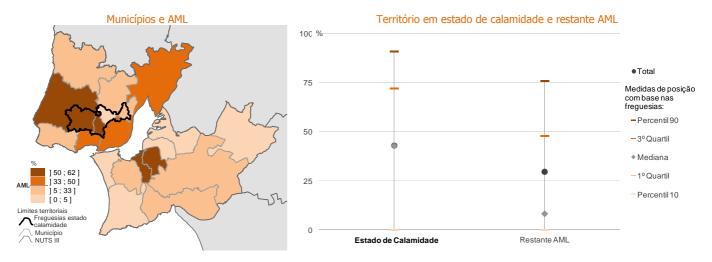


Figura 8 - Proporção de população residente (Censos 2011) a 15 minutos a pé de uma estação de comboio para passageiros



A tabela seguinte apresenta o grau de associação entre os indicadores de mobilidade analisados e os de situação da pandemia, sugerindo uma associação forte e positiva entre a proporção de deslocações da população residente em transporte público com o número de casos confirmados por 10 mil habitantes, sendo esta relação apenas moderada com o número de novos casos confirmados (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes e mais elevada à data de 13 de abril (face a 13 de julho).

Figura 9 – Matriz de correlação entre indicadores de mobilidade e os de situação da pandemia nos municípios da AML

Etiqueta	Designação indicador	Novos casos 13/04	Novos casos 13/07	Casos 13/07	Desl. Fora MNTP	Desl. TP	15 min. Comboio
Novos casos 13/04	Novos casos confirmados COMD-19 no dia 13 de abril (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	1,00					
Novos casos 13/07	Novos casos confirmados COMD-19no dia 13 de julho (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	0,58	1,00				
Casos 13/07	Casos confirmados COMD-19 no dia 13 de julho por 10 mil habitantes	0,73	0,87	1,00			
Desl. Fora MNTP	Proporção de deslocações da população residente para fora do município de residência comutilização de TP, 2017	0,25	0,45	0,61	1,00		
Desl. TP	Proporção de deslocações da população residente com utilização de TP, 2017	0,68	0,53	0,74	0,63	1,00	
15 min. Comboio	Proporção de população residente a 15 minutos a pé de uma estação de comboi o para passageiros	0,47	0,35	0,48	0,30	0,37	1,00







Proporção de população ativa no território em estado de calamidade pouco superior à verificada na restante AML

A análise da proporção de população em idade ativa evidencia 13 municípios com um valor superior à referência da AML (62%) dos quais três municípios – Sintra (66,4%), Odivelas (62,4%) e Loures (62,2%) – pertencem ou integram parcialmente o território do estado de calamidade. A proporção de população em idade ativa é maior no território do estado de calamidade do que na restante AML (63,7% vs. 61,5%), verificando-se menores níveis de dispersão relativa entre as freguesias do território em estado de calamidade.

A leitura do indicador relativo à proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos evidencia três municípios com valores superiores a 30% – Oeiras (41,7%), Lisboa (40,7%) e Amadora (31,9%) –, sendo que dois destes municípios pertencem ou integram parcialmente o território do estado de calamidade. Entre os oito municípios da AML com um número de novos desempregados inscritos em centros de desemprego por mil habitantes superior à referência da AML, destacavam-se, os municípios de Lisboa (10,0), Amadora (9,2) e Sintra (8,9).

Figura 10 – Proporção de população em idade ativa (15 a 64 anos), 2019

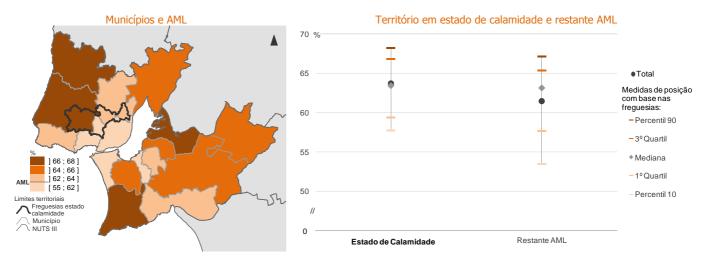
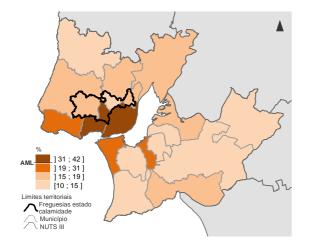
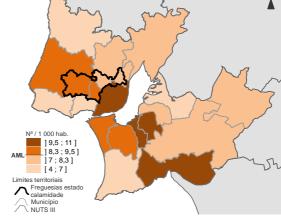


Figura 11 – Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos, 2017













A tabela seguinte apresenta o grau de associação entre os indicadores analisados e os de situação da pandemia, salientando-se, neste contexto, a relação forte com o número de novos casos por 10 mil habitantes registados a 13 de abril (últimos 14 dias): positiva, com a proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos; negativa, com a proporção de população em idade ativa. A associação destes dois indicadores com o número de casos confirmados a 13 de julho e com o número de novos casos a 13 de julho (últimos 14 dias) é fraca.

Figura 13 – Matriz de correlação entre indicadores do mercado de trabalho e os de situação da pandemia nos municípios da AML

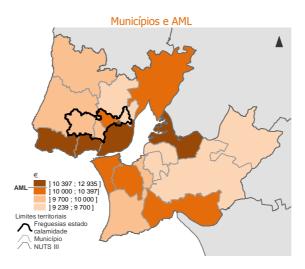
Eti queta	Desi <i>g</i> nação indicador	Novos casos 13/04	Novos casos 13/07	Casos 13/07	Prop. Idade Ativa	Prop. TCO ES	Desemp. IEFP fluxo
Novos casos 13/04	Novos casos confirmados COM D-19 no dia 13 de abril (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	1,00					
Novos casos 13/07	Novos casos confirmados COM D-19no dia 13 de julho (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	0,58	1,00				
Casos 13/07	Casos confirmados COMD-19 no dia 13 de julho por 10 mil habitantes	0,73	0,87	1,00			
Prop. Idade Ativa	Proporção de população emidade ativa (15 a 64 anos), 2019	-0,70	-0,25	-0,46	1,00		
Prop. TCOES	Proporção de trabalhadores por conta de outremcomensino superior nos estabelecimentos, 2017	0,71	0,30	0,43	-0,77	1,00	
Desemp. IEPP fluxo	Desempregados inscritos emcentros de emprego ao longo do mês por mil habitantes entre 15 e 64 anos, maio 2020	0,38	0,04	0,33	-0,59	0,21	1,00

Território em estado de calamidade com mercado da habitação menos valorizado e com maior homogeneidade de valor entre freguesias que o restante território da AML

A análise do valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo evidencia quatro dos cinco municípios com freguesias do território em estado calamidade com valores inferiores aos da AML (10 397 €): Loures (9 588 €), Amadora (9 749 €), Sintra (9 859 €) e Odivelas (10 078 €).

O valor mediano das vendas e das rendas de alojamentos familiares permitem uma aproximação ao nível económico da população nos diferentes territórios. Neste contexto, verifica-se que o valor mediano dos preços e das rendas dos alojamentos familiares é menor no território em estado de calamidade (1 330 ϵ /m² e 7,5 ϵ /m², respetivamente) que no restante território da AML (1 540 ϵ /m² e 8,4 ϵ /m²), verificando-se também uma maior homogeneidade entre os valores das freguesias no território de calamidade.

Figura 14 – Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, 2017



Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal







Figura 15 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019 (últimos 12 meses)

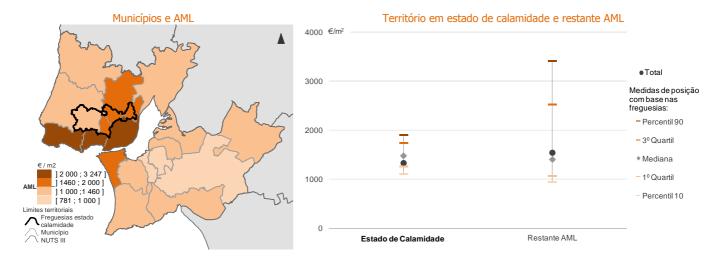
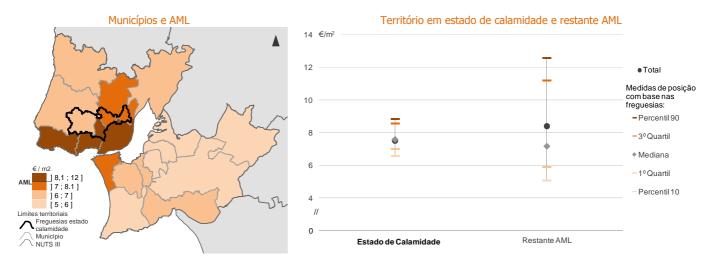


Figura 16 – Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019 (últimos 12 meses)



A tabela sequinte apresenta o grau de associação entre os indicadores analisados e os de situação da pandemia, salientando-se a associação positiva entre o número de novos casos confirmados a 13 de abril e os indicadores do mercado de habitação: forte, com o valor mediano das rendas e moderada, com o valor mediano dos preços da habitação. Para os indicadores que retratam a situação mais recente da pandemia (13 de julho) a associação com os indicadores do mercado de habitação é contudo fraca. Sinaliza-se apenas a associação positiva e muito forte entre o valor das rendas e dos preços da habitação e também, como seria de esperar, entre as rendas e preços da habitação e o rendimento por sujeito passivo.







Figura 17 - Matriz de correlação entre indicadores de nível económico e os de situação da pandemia nos municípios da AML

Eti queta	Designação indicador	Novos casos 13/04	Novos casos 13/07	Casos 13/07	Rend. SP 2017	Preços hab 4T2019	Rendas hab 2S2019
Novos casos 13/04	Novos casos confirmados COM D-19 no dia 13 de abril (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	1,00					
Novos casos 13/07	Novos casos confirmados COM D-19no dia 13 de julho (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes	0,58	1,00				
Casos 13/07	Casos confirmados COMD-19 no dia 13 de julho por 10 mil habitantes	0,73	0,87	1,00			
Rend. SP 2017	Val or mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, 2017	0,43	0,08	0,03	1,00		
	Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019	0,68	0,37	0,36	0,69	1,00	
Rendas hab 252019	Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019	0,77	0,46	0,48	0,73	0,95	1,00

II. <u>Indicadores de contexto demográfico e territorial</u>

Número de óbitos entre 1 de março e 5 de julho de 2020 superior ao registado no mesmo período em 2019 e 2018

O número total preliminar de óbitos entre 1 de março (os primeiros casos de COVID-19 foram registados a 2 de março e o primeiro óbito a 16 de março) e 5 de julho de 2020 foi superior em 3 103 relativamente ao registado em igual período em 2019 e em 1 629 casos relativamente ao mesmo período de 2018. A variação positiva relativamente a 2019 resulta sobretudo do aumento dos óbitos em pessoas com 75 e mais anos (+ 2 718).

Figura 18 - Número acumulado de óbitos ocorridos em Portugal de 1 de março a 5 de julho (2018-2020)

	Número de óbitos			Número de óbitos por 100 mil habitantes			
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	
Total	38 802	37 328	40 431	377,0	363,2	392,7	
Homens	19 445	18 588	20 054	399,5	383,1	412,6	
Mulheres	19 357	18 740	20 377	356,9	345,5	374,9	
Até 64 anos	5 633	5 512	5636	69,7	68,6	70,3	
65 a 69 anos	2 338	2 384	2445	377,2	385,7	392,5	
70 a 74 anos	3 276	3 187	3382	628,2	591,9	615,4	
75 a 79 anos	4 533	4 183	4607	1 066,6	981,6	1 066,3	
80 a 84 anos	6 943	6 462	6980	1 987,4	1 840,1	1 975,9	
85+ anos	16 076	15 597	17373	5 403,0	5 026,8	5 385,2	
65+ anos	33 166	31 813	34 787	1 498,5	1 417,5	1 525,5	
75+ anos	27 552	26 242	28 960	2 570,4	2 412,8	2 613,9	

Fonte: INE, Óbitos e Estimativas anuais da população residente.

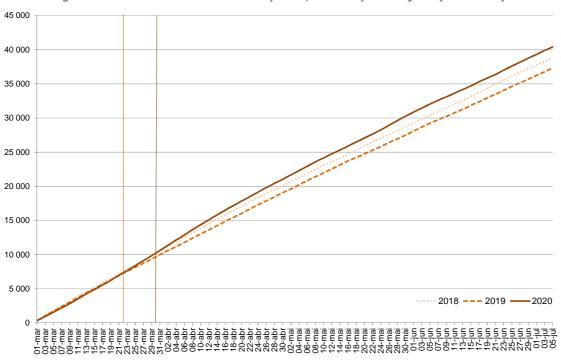
Notas: a) Dados de 2020: dados preliminares, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil e remetida ao INE até 14 de julho de 2020. b) A soma das parcelas pode não corresponder ao total devido à existência de óbitos com idade desconhecida.

As figuras 19 e 20 permitem comparar o número acumulado de óbitos desde o início de março até 5 de julho de 2020 com o observado nos períodos homólogos de 2019 e 2018, verificando-se que o número total de óbitos registados em 2020 superou os valores de 2018 e 2019 em 20 e 30 de março respetivamente, datas que são assinaldas pelas linhas verticais inseridas nos gráficos. Relativamente aos óbitos em pessoas com 75 e mais anos, essas datas foram 19 e 30 de março, respetivamente.

Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal

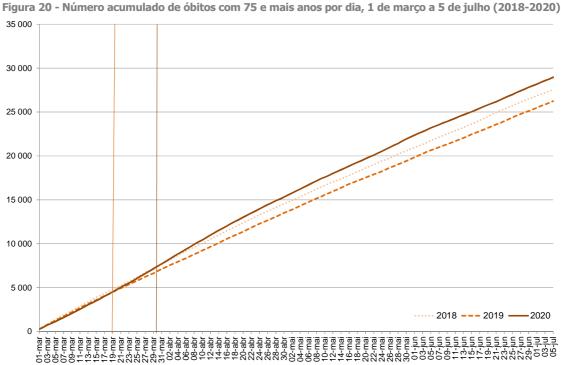


Figura 19 - Número acumulado de óbitos por dia, 1 de março a 5 de julho (2018-2020)



Fonte: INE, Óbitos.

Nota: Dados de 2020: dados preliminares, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil e remetida ao INE até 14 de julho de 2020.



Fonte: INE, Óbitos.

Nota: Dados de 2020: dados preliminares, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil e remetida ao INE até 14 de julho de 2020.

As figuras 21 e 22 comparam o número de óbitos total e o número de óbitos de pessoas com 75 e mais anos, ocorridos em Portugal, por semana até à 27ª semana de 2020 (semana de 29 de junho a 5 de julho), com as semanas homólogas de 2018 e 2019. Verifica-se que, entre a 12ª semana (16 a 22 de março) e a 23ª (1 a 7 de junho), o

Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal







número de óbitos excede o observado nas semanas homólogas, retomando valores inferiores na 24ª e 25ª semana (8 a 21 de junho). Nas duas últimas semanas (26ª e 27ª) o número de óbitos volta a exceder o número observado de óbitos nas semanas homólogas de 2018 e 2019.

3500

2500

2000

1500

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

2000

Figura 21 - Número de óbitos por semana, semanas 1 a 27 (2018-2020)

Fonte: INE, Óbitos.

Nota: Dados de 2020: dados preliminares, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil e remetida ao INE até 14 de julho de 2020.



Figura 22 - Número de óbitos com 75 e mais anos por semana, semanas 1 a 27 (2018-2020)

Fonte: INE, Óbitos.

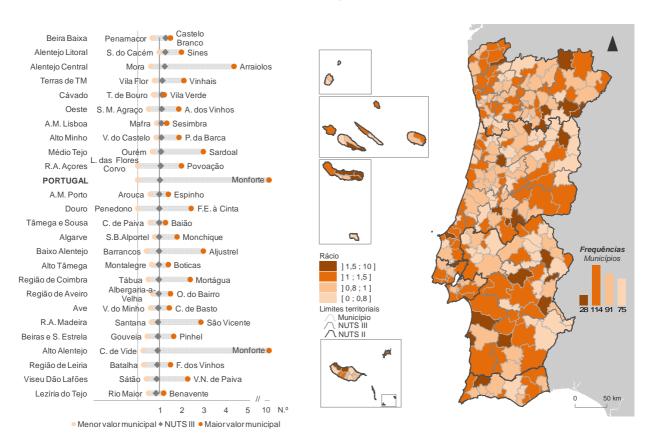
Nota: Dados de 2020: dados preliminares, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil e remetida ao INE até 14 de julho de 2020.



Em 142 municípios o número de óbitos registados entre 8 de junho e 5 de julho foi superior ao valor homólogo de referência

Em 142 dos 308 municípios portugueses o número de óbitos registados nas últimas quatro semanas (entre 8 de junho e 5 de julho de 2020) foi superior ao valor homólogo de referência (<u>média para o mesmo período em 2018 e 2019</u>). Deste conjunto, destacaram-se 28 municípios que registaram um número de óbitos 1,5 vezes superior ao registado no período homólogo de referência. Para os restantes 166 municípios o número de óbitos registados nas últimas quatro semanas foi igual ou inferior ao observado no período de referência [Figura 23].

Figura 23 — Relação entre os óbitos nas últimas 4 semanas (8 de junho a 5 de julho) e óbitos no período homólogo, Portugal, NUTS III e município



Fonte: INE, Estatísticas de óbitos (Resultados Preliminares (2020) e definitivos (2018 e 2019)). Nota: Os menores valores municipais para Portugal correspondem aos valores dos municípios do Corvo, Lajes das Flores e Penedono.





III. A expressão da pandemia nos municípios

42 municípios registaram casos confirmados com a doença COVID-19 por 10 mil habitantes acima do valor nacional

A 15 de julho de 2020, em Portugal, por cada 10 mil habitantes existiram 46,4 casos confirmados de COVID-19, o que representa um aumento de 12% em relação a 1 de julho, data de referência do destaque anterior.

A 13 de julho de 2020, data da última atualização de dados ao nível do município, existiram no país 45,7 casos confirmados de COVID-19 por 10 mil habitantes. O número de casos confirmados com a doença COVID-19 por 10 mil habitantes foi superior ao nacional em 42 municípios. Na região Norte, 21 municípios registaram um valor acima do país, destacando-se nove municípios contíguos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e territórios limítrofes, com mais de 60 casos confirmados por 10 mil habitantes: Valongo, Matosinhos, Maia, Gondomar e Porto, na AMP; os municípios de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira no Tâmega e Sousa; e de Vizela na sub-região do Ave.

Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), 10 municípios apresentaram valores acima do nacional: Cascais, Moita, Oeiras e Barreiro, destacando-se Amadora, Loures, Odivelas, Sintra, Lisboa e Vila Franca de Xira, com mais de 60 casos confirmados por 10 mil habitantes. Também alguns municípios das regiões Centro (7), Alentejo (os municípios de Reguengos de Monsaraz, Moura e Azambuja) e Região Autónoma dos Açores (o município de Nordeste) apresentavam valores superiores ao valor nacional [Figura 7].

Apesar desta diferenciação territorial, o coeficiente de localização³ estimado para os dias 23 de março e 13 de julho sugere uma redução da concentração territorial dos casos, i.e., uma disseminação espacial progressiva no conjunto do país. As curvas de localização traduzem graficamente esta tendência pela aproximação à reta de igual distribuição entre o número de casos confirmados e a população residente pelos municípios [Figura 8].

³ O Coeficiente de localização varia entre 0 e 100, sendo que valores mais próximos de 100 refletem maior desigualdade na distribuição de casos confirmados de COVID-19 face à população residente total.



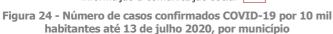
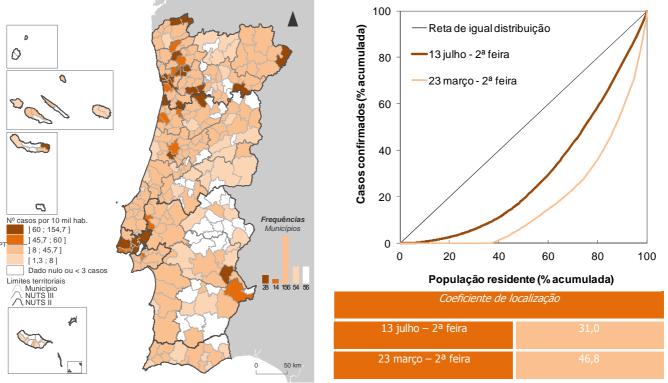


Figura 25 - Concentração territorial de casos confirmados COVID-19 até 25 de março e até 13 de julho face à população residente, com base na distribuição por município Curva de Localização



Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação Covid-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019. Nota: Para o cálculo dos Coeficientes de localização considerou-se zero para os municípios sem valor no Relatório da DGS (dado nulo ou < 3).

30 municípios registavam simultaneamente um número de casos confirmados por 10 mil habitantes e valores de densidade populacional acima da referência nacional

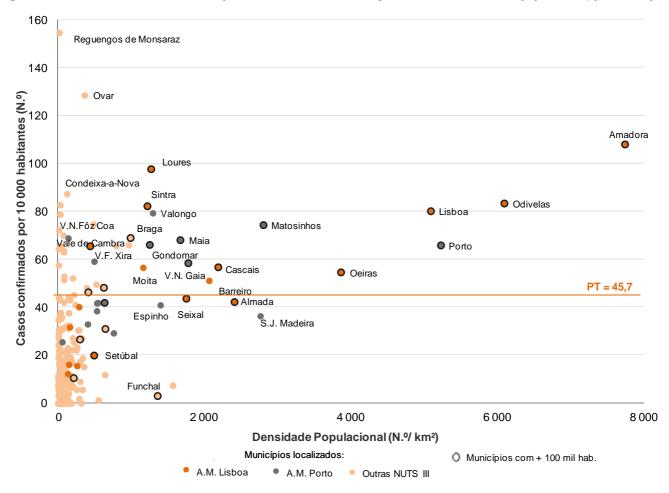
A figura seguinte ilustra a relação entre a densidade populacional e o número de casos confirmados por 10 mil habitantes. Dos 42 municípios com um número de casos confirmados por 10 mil habitantes superior ao nacional, 30 apresentavam também valores de densidade populacional acima da média nacional. Deste conjunto de 30 municípios, destacavam-se, com mais de 60 casos confirmados por 10 mil habitantes, Ovar (128,6), na Região de Aveiro; Condeixa-a-Nova (87,4) na Região de Coimbra; Amadora (108,0), Loures (97,7), Odivelas (83,4), Sintra (82,2), Lisboa (80,2) e Vila Franca de Xira (65,5), na Área Metropolitana de Lisboa; Valongo (79,4), Matosinhos (74,4), Vale de Cambra (68,9), Maia (68,1), Gondomar (66,1) e Porto (65,9), na Área Metropolitana do Porto; Felgueiras (74,8), Lousada (74,6) e Paços de Ferreira (65,8) no Tâmega e Sousa; Braga (69,0) no Cávado; e Vizela (66,1) na sub-região do Ave. Salienta-se, ainda, que 184 dos 308 municípios do país apresentavam um número de casos confirmados por 10 mil habitantes e densidade populacional abaixo da referência nacional.







Figura 26 - Número de Casos confirmados por 10 mil habitantes a 13 de julho de 2020 e Densidade populacional, por município



Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação Covid-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019.

O cálculo do coeficiente de localização considerando os novos casos confirmados (últimos 14 dias) para os dias 13 de abril e para os dias 1, 15 e 29 de junho sugere um aumento da concentração territorial dos novos casos confirmados de COVID-19.

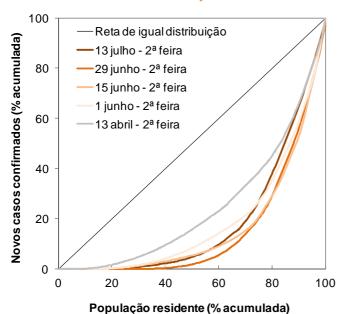
Em relação aos novos casos registados no dia 13 de julho, e face ao dia 29 de junho, verifica-se uma diminuição do coeficiente de localização, o que traduz uma ligeira redução da concentração de novos casos relativamente à distribuição populacional pelos municípios, aproximando-se a curva de localização do dia 13 de julho àquela registada para o dia 1 de junho [Figura 27].







Curva de Localização



Coeficiente de localização					
13 julho – 2ª feira	51,7				
29 junho – 2 ^a feira	56,4				
15 junho – 2ª feira	55,2				
1 junho – 2ª feira	48,9				
13 abril – 2ª feira	37,4				

Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação COVID-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019. Nota: Para o cálculo dos Coeficientes de localização considerou-se zero para os municípios sem valor no Relatório da DGS (dado nulo ou < 3).

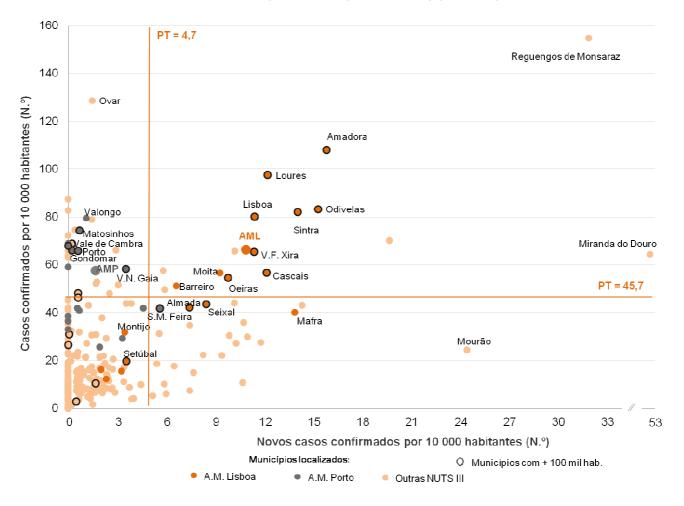
A figura seguinte ilustra a relação entre o total de casos confirmados por 10 mil habitantes até ao dia 13 de julho e o número de novos casos registados por 10 mil habitantes a 13 de julho (últimos 14 dias). Dos 42 municípios com um número de casos confirmados por 10 mil habitantes acima do valor de Portugal, 16 apresentavam também valores de novos casos confirmados por 10 mil habitantes acima da média nacional e, deste conjunto, 10 municípios localizavam-se na Área Metropolitana de Lisboa: Amadora (15,9 novos casos por 10 mil habitantes), Odivelas (15,3), Sintra (14,1), Loures (12,2), Cascais (12,2), Lisboa (11,4), Vila Franca de Xira (11,4), Oeiras (9,8), Moita (9,3) e Barreiro (6,7). No conjunto de 14 dias terminado a 13 de julho, aqueles municípios representavam 54% dos novos casos do país e 85% da AML.





A.

Figura 28 - Número de Casos confirmados por 10 mil habitantes a 13 de julho de 2020 e Número de novos casos confirmados por 10 mil habitantes a 13 julho de 2020 (últimos 14 dias), por município



Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação COVID-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019.

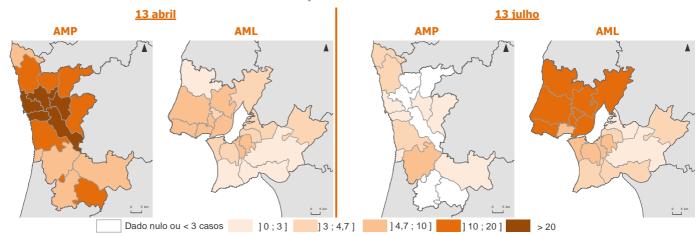
Tendo em conta a elevada densidade populacional associada às duas áreas metropolitanas, apresenta-se particularmente relevante a dinâmica dos novos casos registados de COVID-19 nestes territórios.

A figura seguinte apresenta o número de novos casos de COVID-19 por 10 mil habitantes para os municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) e da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nos dias 13 de abril e 13 de julho (últimos 14 dias), e permite observar que, no início do mês de abril, a incidência de novos casos por 10 mil habitantes era mais evidente nos municípios da Área Metropolitana do Porto, destacando-se os municípios contíguos de Valongo, Matosinhos, Maia, Gondomar e Porto, que registavam a 13 de abril mais de 20 novos casos por 10 mil habitantes. Por sua vez, a situação mais atual, aferida a 13 de julho (últimos 14 dias), evidencia que a emergência de novos casos atinge particularmente os municípios da margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se sete municípios — Amadora, Odivelas, Sintra, Loures, Cascais, Lisboa e Vila Franca de Xira - que assinalavam mais de 10 novos casos por 10 mil habitantes.





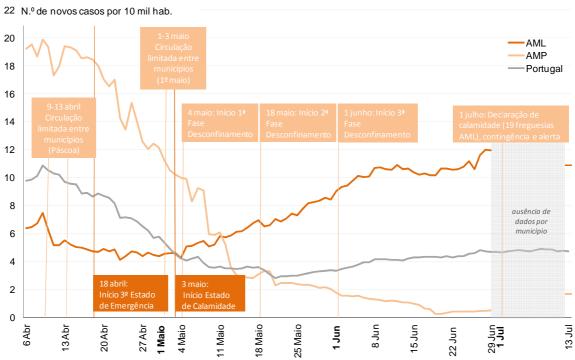
Figura 29 - Novos casos confirmados COVID-19 (últimos 14 dias) por 10 mil habitantes nos dias 13 de abril e 13 de julho por município nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto



Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação COVID-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019.

A figura seguinte apresenta os novos casos nos últimos 14 dias por 10 mil habitantes para o total do país e para as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa no período de 6 de abril a 13 de julho. Destaca-se o progressivo abrandamento de novos casos registados na Área Metropolitana do Porto e, em sentido oposto, o crescimento de novos casos na Área Metropolitana de Lisboa (AML), registando esta região valores acima da média nacional desde o dia 3 de maio. No conjunto de 14 dias terminado a 13 de julho, a AML representava 64% dos novos casos do país (28% da população residente, em 2019), proporção que compara com 71%, no dia 29 de junho e que sugere uma ligeira diminuição da concentração de novos casos na AML.

Figura 30 - Novos casos nos últimos sete dias por 10 mil habitantes, Portugal, áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por dia



Fonte: Direção-Geral da Saúde, Relatório diário de Situação COVID-19 (disponibilizado a 16 julho); INE, Estimativas Anuais de População Residente 31 Dezembro 2019. Nota: As datas assinaladas no eixo do gráfico correspondem aos primeiros dias do mês e a segundas-feiras. Nota: A ausência de valores para os dias 30 de junho a 12 de julho deve-se à interrupçao na divulgação de dados ao nível do município nos relatórios de situação.









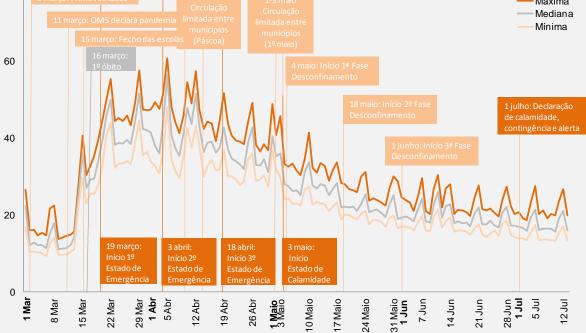
Indicadores de mobilidade da população ao nível regional: uma leitura a partir da informação da iniciativa "Data for Good" do Facebook

Nesta caixa, tirando partido da iniciativa "Data for Good" do Facebook, são divulgados indicadores de mobilidade da população ao nível das NUTS III no território nacional.

Os dados representados na figura seguinte correspondem à proporção de população que "ficou em casa" entre os dias 1 de março e 13 de julho, nomeadamente valores mínimos, medianos e máximos apurados a partir das 25 sub-regiões NUTS III do país. Para uma melhor contextualização da informação, a figura inclui os principais momentos-chave associados à pandemia COVID-19 em Portugal.

80 % Máxima Mediana Mínima 60

Figura 31: Proporção de população que "ficou em casa" entre 1 de março e 13 de julho - valores mínimos, medianos e máximos das NUTS III



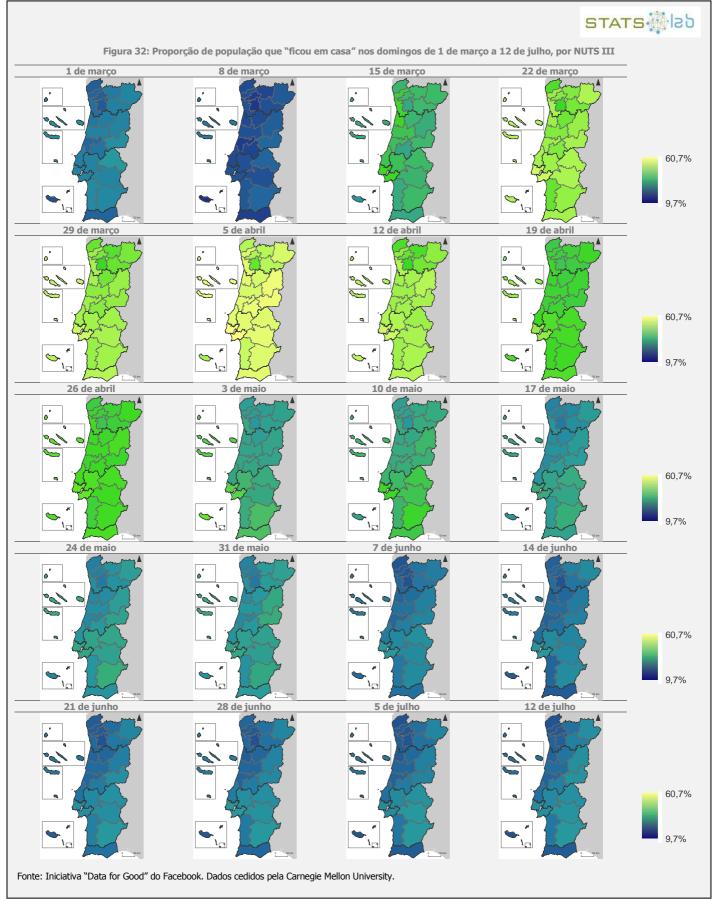
Fonte: Iniciativa "Data for Good" do Facebook. Dados cedidos pela Carnegie Mellon University. Nota: As datas assinaladas no eixo do gráfico correspondem aos primeiros dias do mês e a domingos.

As figuras seguintes permitem uma leitura deste indicador com desagregação regional ao nível das NUTS III para os dias correspondentes a domingos [Figura 32] e a segundas-feiras [Figura 33], desde o início do mês de março. Verifica-se que os dias correspondentes a domingos assinalam, de uma forma geral, menos mobilidade da população do que os dias referentes a segundas-feiras. Regista-se, em particular, a redução dos níveis de mobilidade com o início do Estado de Emergência a 19 de março (mapas dos dias 22 e 23 de março). Em sentido contrário, com progressivo aumento de mobilidade, salienta-se a passagem do Estado de Emergência para o Estado de Calamidade a 3 de maio, ao qual se seguiu a primeira fase de implementação das medidas de desconfinamento (mapas dos dias 3, 4, 10, 11 e 17 de maio), a segunda fase de desconfinamento (mapas dos dias 18, 24, 25 e 31 de maio), a terceira fase de desconfinamento (mapas dos dias 1, 7, 8, 14, 15, 22, 28 e 29 de junho), e, mais recentemente, a passagem para o Estado de Alerta na generalidade do país, o Estado de Contingência na AML e o Estado de Calamidade em 19 freguesias da AML (mapas 5, 6, 12 e 13 de julho).





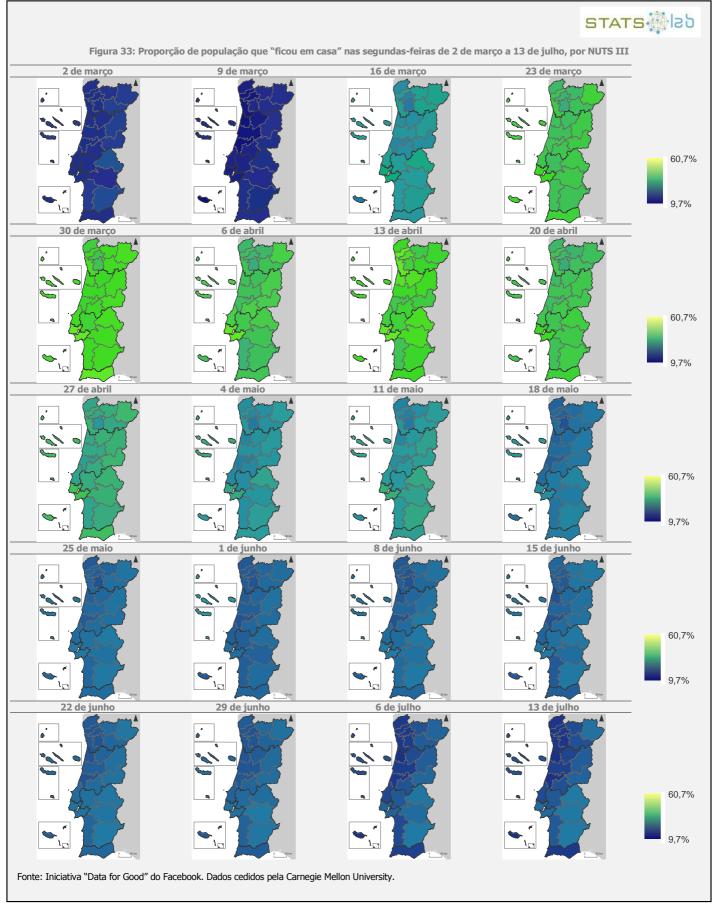














Nota técnica

Fontes de Informação

Os dados relativos à caracterização do parque habitacional têm por base os resultados do Recenseamento da População e Habitação - CENSOS 2011. Os Censos 2011 têm como âmbito geográfico o país e recolhem dados ao nível da subsecção estatística, sendo observadas de forma exaustiva as seguintes unidades estatísticas: edifícios, alojamentos, famílias e indivíduos.

A informação sobre as deslocações da população residente com utilização de transporte público tem por base os resultados do Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa realizado tendo por referência as Guidelines on Passenger Mobility Statistics, do Eurostat, bem com as boas práticas identificadas em projetos internacionais análogos e que contou com o apoio das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa. O universo de referência deste inquérito é a população residente nos municípios das áreas metropolitanas, a amostra foi baseada num zonamento assente em áreas homogéneas de acessibilidade aos transportes. Nos alojamentos selecionados foram observados todos os indivíduos neles residentes, com idades compreendidas entre 6 e 84 anos.

A informação sobre a acessibilidade potencial da população residente às estações de comboio – proporção de população residente a 15 minutos a pé das estações de comboio para passageiros – insere-se no quadro das estatísticas experimentais do INE. Trata-se de um projeto sobre indicadores de acessibilidade financiado pela Comissão Europeia no quadro de uma subvenção do Eurostat para o desenvolvimento das estatísticas regionais e urbanas. Os resultados têm por base a integração de informação geográfica relativa à população residente (Censos 2011), as estações de comboio para passageiros e modelos de navegação.

Os dados relativos ao nível de habilitações dos trabalhadores por conta de outrem têm por base a operação estatística Quadros de Pessoal que é uma operação do tipo recenseamento, decorrente de procedimento administrativo. A obrigatoriedade de entrega do Quadro de Pessoal respeita a todas as entidades com trabalhadores ao seu serviço, com exceção da administração central, regional e local e os institutos públicos (sendo para estas entidades apenas aplicável relativamente aos trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho) e a empregadores de trabalhadores de serviço doméstico. A informação relativa aos Quadros de Pessoal integra o Anexo A do Relatório Único da responsabilidade do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A informação apresentada com base nos Quadros de Pessoal diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa e a sua espacialização tem por base a localização do estabelecimento.

A informação sobre o desemprego tem por base a publicação <u>Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais</u> do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Os dados mensais de Desemprego Registado referem-se ao número de registos durante o mês relativos a indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), inscritos nos Centros de Emprego para obter um emprego por conta de outrem, que não têm um emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar. Os dados mensais de Colocações referem-se às Ofertas de Emprego (empregos disponíveis comunicados pelas entidades empregadoras aos Centros de Emprego) satisfeitas com candidatos apresentados pelos Centros de Emprego.

A informação relativa ao rendimento tem por base a publicação **Estatísticas do Rendimento ao nível local** enquadrada no domínio do StatsLab. Estas estatísticas resultam do aproveitamento de fontes administrativas, nomeadamente a informação da Nota de liquidação do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS – Modelo 3), obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao abrigo de um protocolo celebrado com o INE. O âmbito geográfico é o país sendo a unidade estatística observada o agregado fiscal e a população alvo os agregados fiscais com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado maior que zero. Os resultados divulgados nas Estatísticas do rendimento ao nível local têm por base os valores do 'Rendimento bruto declarado', do 'IRS liquidado' e da variável derivada 'Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado', por agregado fiscal e sujeito passivo. O valor anual do rendimento bruto declarado abrange exclusivamente os rendimentos declarados e que constituem a base de incidência do imposto: Rendimentos do trabalho dependente (Categoria A), empresariais e profissionais (Categoria B), de capitais (Categoria F), prediais (Categoria F), incrementos patrimoniais (Categoria G) e pensões (Categoria H).

Os dados relativos às vendas de habitações resultam do aproveitamento de fontes administrativas, nomeadamente dos dados fiscais anonimizados obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao abrigo de um protocolo celebrado com o INE, relativos ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). O apuramento baseia-se na ligação da informação do IMT com a do IMI e são utilizadas apenas as vendas em que o código de destino do IMT é "Habitação" e a afetação da respetiva informação proveniente



do IMI esteja definida como "Habitação". Os cálculos seguem a metodologia descrita no Documento Metodológico das "<u>Estatísticas de Preços da</u> <u>Habitação ao nível local</u>".

Também os dados relativos aos novos contratos de arrendamento resultam de fontes administrativas, nomeadamente dos dados fiscais anonimizados obtidos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao abrigo de um protocolo celebrado com o INE, relativos à Declaração do Modelo 2 do Imposto do Selo – Comunicação de contratos de arrendamento (Modelo 2) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). O cálculo baseia-se na ligação da informação do Modelo 2 com a do IMI. São utilizadas as primeiras declarações e as declarações de substituição de novos contratos de arrendamento relativos a prédios urbanos, com período de renda mensal, em que a finalidade é habitação permanente, e a afetação da respetiva informação proveniente do IMI esteja definida como "Habitação". Os apuramentos seguem a metodologia descrita no Documento Metodológico das "Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local".

Os dados relativos aos <u>óbitos</u> correspondem aos óbitos gerais (todas as causas de morte) ocorridos em território nacional desde o dia 1 de março de 2020 e até à terça-feira da semana anterior à da difusão. A informação tem caracter preliminar e é obtida através de uma operação estatística de recolha direta e exaustiva recorrendo ao aproveitamento de factos obrigatoriamente sujeitos a registo civil (assentos de óbito) no Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC). Para além da informação de caráter administrativo constante nos assentos, o INE recolhe ainda um conjunto adicional de variáveis identificadas como relevantes no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e do Sistema Estatístico Europeu (SEE). O registo e o envio dos dados são efetuados eletronicamente, com observância dos requisitos definidos pelo INE, e estabelecidos em articulação com o Instituto dos Registos e de Notariado, IP (IRN) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP (IGFEJ).

Os dados relativos ao número de casos confirmados têm por base os publicados diariamente no Relatório de Situação Covid-19 da Direção-Geral da Saúde (DGS) para o país e por município. Os casos confirmados estão referenciados ao município da ocorrência e correspondem ao total de notificações clínicas no sistema SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica). Para a data de referência alvo de análise neste destaque a soma dos casos confirmados por município correspondiam a 90% do total nacional. Esta proporção reflete a condição de confidencialidade dos dados por município, mas também limitações no processo de referenciação espacial da informação. Efetivamente, quando os casos confirmados por município são inferiores a 3, por motivos de confidencialidade, os dados não são divulgados pela DGS.

Este destaque incorpora os dados de população residente referenciados a 31 de dezembro 2019 divulgados a 15 de junho.

dsl∰stats

Os dados sobre mobilidade da iniciativa "Data for Good" do Facebook correspondem a atualizações de localização recolhidas a partir dos dispositivos móveis de utilizadores da aplicação Facebook que têm a opção 'histórico de localização' ligada. Apenas são considerados dados com precisão de localização (GPS) inferior a 200 metros e, no caso, de um utilizador apresentar múltiplas localizações resultantes de mais do que um dispositivo móvel associado, o Facebook considera apenas os dados com maior precisão de localização. A obtenção de resultados para o nível das NUTS III implica um mínimo de 300 utilizadores únicos por sub-região. A proporção de população que "ficou em casa" é aferida a partir do número de utilizadores do Facebook associados a uma única quadrícula de referência de 600mx600m durante as 8h e as 20h do dia x, exigindo-se pelo menos três ocorrências durante esse período horário. A quadrícula de referência, enquanto *proxy* de "residência", é aferida diariamente a partir do maior número de localizações observadas entre as 20h e as 24h do dia x-1 e entre as 0h e as 8h do dia x, exigindo-se também um mínimo de três ocorrências. A informação associada às quadrículas de 600mx600m é afeta à respetiva sub-região NUTS III. Uma vez que uma quadrícula pode intercetar mais do que uma sub-região, são gerados 9 pontos amostrais em cada quadrícula, atribuindo-se 1/9 da população da quadrícula para cada ponto da amostra.

A iniciativa "Data for Good" do Facebook tem como objetivo a disponibilização de dados para fins de investigação sobre questões humanitárias e tem permitido publicar resultados em artigos científicos particularmente nos Estados Unidos da América. Obviamente a utilização que o INE faz, no domínio de Statslab, desta fonte de dados não é movida por qualquer motivo publicitário, mas pelo interesse público da informação. O INE agradece ao investigador Miguel Godinho Matos⁴ o apoio dado na exploração analítica desta informação.

WWW.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt

⁴ Professor associado da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e investigador convidado da Carnegie Mellon University.

Indicadores de contexto e de impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 em Portugal

25/26







Indicadores divulgados

Densidade Populacional

Proporção de edifícios com 7 ou mais alojamentos

Número médio de divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual

Área útil dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por habitante

Proporção de deslocações da população residente para fora do município de residência com utilização do transporte público (autocarro, comboio, metropolitano e barco) como principal meio de transporte

Proporção de deslocações da população residente com utilização do transporte público (autocarro, comboio, metropolitano e barco) como principal meio de transporte

Proporção de população residente a 15 minutos a pé de uma estação de comboio para passageiros

Proporção de população em idade ativa (15 a 64 anos)

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com ensino superior nos estabelecimentos

Desempregados inscritos em centros de emprego do IEFP ao longo do mês por mil habitantes entre 15 e 64 anos

Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo

Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019 (últimos 12 meses)

Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, 4º trimestre 2019 (últimos 12 meses)

Número de óbitos total, por sexo ou grupo etário

Relação entre os óbitos nas últimas 4 semanas e óbitos no período homólogo

Número de casos confirmados de doença COVID-19 por 10 mil habitantes

Número de novos casos confirmados de doença COVID-19 nos últimos 14 dias por 10 mil habitantes

Proporção da população residente com 75 e mais anos

Coeficiente de localização

O coeficiente de localização (CL) é obtido através da seguinte fórmula:

$$CL = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^{n} \left| x_{j} - y_{j} \right| \right) \times 100$$

em que:

x j corresponde ao rácio entre o número de casos confirmados de COVID-19 em cada município j e o número de casos confirmados de COVID-19 para o total do país;

^y i corresponde ao rácio entre a população residente em cada município j e o total de população residente no país.

O CL varia entre 0 e 100, sendo que valores mais próximos de 100 refletem maior desigualdade na distribuição de casos confirmados de COVID-19 face à população residente total e, neste sentido, indicam situações de maior concentração territorial.

A curva de localização (ou curva de concentração de Lorenz) corresponde a uma representação gráfica que relaciona a distribuição acumulada de duas variáveis. Desta representação, consta também a reta de igual distribuição, sendo que, quanto maior o afastamento em relação a esta, maior é a concentração da variável representada no eixo das ordenadas (na presente análise, os casos confirmados de COVID-19, por período de referência) face à variável representada no eixo das abcissas (na presente análise, o total de população residente).